



**PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA -
ANA**

PARA A

**"POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO
ORGÂNICA"**

Abril de 2012

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

**Seminário Nacional por uma Política Nacional de
Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção**

Luziânia-go, 10 a 12 de abril de 2012

**SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS
APROVADAS**

Relatora: Flavia Londres

Essas propostas foram aprovadas em seminário nacional pelas seguintes entidades

Movimentos Sociais e Redes Nacionais / Regionais / Estaduais	
01	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST
02	Movimento de Mulheres Camponesas – MMC
03	Movimento dos Pequenos Agricultores / MPA
04	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
05	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF Brasil
06	MIQCB – MA
07	MMNEPA / RMERA – PA
08	Associação Brasileira de Agroecologia – ABA
09	União Nacional das Escolas Família Agrícola – UNEFAB
10	Articulação do Semi-Árido – ASA
11	Rede Cerrado
12	Rede Ecovida
13	ANA – Amazônia
14	Grupo de Trabalho Amazônico GTA – PA
15	Fórum Amazônia ANA / ABA
16	Fórum Carajás – MA
17	Rede Ater Nordeste
18	Articulação Mineira de Agroecologia – AMA
19	Articulação Paulista de Agroecologia – APA
20	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ
21	Articulação Capixaba de Agroecologia – ACA
22	Fórum Brasileiro de Economia Popular e Solidária / FBES
23	Fórum de Agroecologia – AM
24	Conselho Nacional de Seringueiros CNS – PA
Organização / Instituição – Estado	
01	LABEX / UEMA – MA
02	IFMA / BARREIRINHAS – MA
03	FUNAI – MA
04	ASA – MA
05	INSTITUTO INDIGENA BRASILEIRO
06	SEMA – MA
07	Associação Agroecológica TIJUPÁ – MA
08	AROA – RO
09	IFMA – MA
10	SEMA - MA
11	COTRUTA - PA
12	IDAM / REATA
13	PESACRE - AC
14	CÁRITAS BRASILEIRA NORTE II - PA
15	PLANEJA - MA

16	FASE AMAZONIA - PA
17	UCODEP - PA
18	COAPI - MA
19	UCODEPCOFRUTA - PA
20	APACC - PA
21	CEAPAC - PA
22	AGROECOLOGIA / CÁRITAS
23	Associação AMAFAP (RMCRA)
24	COAPIMA - MA
25	ASA / COOPRAMA - MA
26	CENTRU - MA
27	MABE - MA
28	COOSPAT - MA
29	MIQCB - MA
30	MST - MA
31	INSTITUTO TERRITORIUM - MA
32	FETAEMA - MA
33	COOSERT - MA
34	UFMA - MA
35	GRUPO DE MULHERES DA GALILEIA - MA
36	ACESA - MA
37	10envolvimento
38	Associação Regional de Produtores e Produtoras Extrativismo Pantanal (ARPEP)
39	Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)/Grupo de Trabalho de Transgênicos e Agrotóxicos
40	Associação Comunitária dos Artesãos do Bairro São Raimundo (ASCOARTE)
41	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP)
42	Associação dos Assentamentos do Maranhão (ASSEMA)
43	Associação Terra Azul
44	Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (ASTRAF), vinculada à FETRAF
45	Central do Cerrado
46	Centro de Agricultura Alternativa/Norte de Minas (CAA/NM)
47	Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado (CEPEC) / Núcleo de Agroecologia no Cerrado (NACE)
48	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT)
49	FASE / MT
50	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET)
51	Instituto Federal de Brasília (IFB)
52	Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)
53	Movimento Nossa Brasília
54	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capitão Enéias - MG
55	Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural do CONDRAF
56	CONDRAF

57	APA-TO
58	Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda (ATRVC) - TO
59	AS-PTA - AARJ - RJ
60	EMATER- Araruama / RJ
61	AARJ - Assentamento do MST- RJ
62	EFA Barra de São Francisco - ES
63	MPA- Montanha - ES
64	MST- Seropédica - RJ
65	MPA- Governador Valadares - MG
66	ITAVALE- Medina - MG
67	Universidade Federal de Viçosa UFV / ABA- Viçosa - MG
68	GT Gênero SE- Viçosa/MG
69	Subsecretaria de Agricultura Familiar de MG – BH - MG
70	Agricultor Agroflorestral – AARJ – Parati - RJ
71	Instituto de Terras São Paulo- Sorocaba - SP
72	APA- São Paulo - SP
73	FETAEMG - Belo Horizonte - MG
74	CAT- Sobrália - MG
75	REDE- Belo Horizonte - MG
76	AMEFA- Acaiaca/ - G
77	SOF- São Paulo - SP
78	Colégio Técnico de Muriaé / ABA- Muriaé - MG
79	Universidade de São Carlos- Arara - SP
80	CTA-ZM / AMA- Viçosa - MG
81	Instituto Giramundo- Botucatu - SP
82	APTA- São Mateus - ES
83	APA- Embu das Artes - SP
84	MST- São Mateus - ES
85	Assentamento Americana- Grão Mogol - MG
86	AARJ - Araruama/RJ
87	CPT – AARJ - Campos dos Goytacazes – RJ
88	AARJ - Assentamento - São Francisco do Itabapoana - RJ
89	CPT- São Francisco do Itabapoana/RJ
90	Rede de Agricultura Urbana – AARJ - Rio de Janeiro - RJ
91	AARJ - Nova Iguaçu – RJ
92	ABA- São Paulo - SP
93	CAV- Turmalina - MG
94	STR- Caparaó - MG
95	CEPLAC - BA
96	EBDA - BA
97	UFBA
08	FETRAF - BA
99	Heifer
100	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia / INEMA
101	COOPAVI/ Rede Ecovida

102	COOPEG / FETAG RS
103	AOPA / Rede Ecovida
104	CETAP/ Rede ECOVIDA - RS
105	APACO
106	Terra de Direitos - PR
107	CAATINGA - PE
108	Centro Sabiá = PE
109	SASOP - BA
110	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / CPDA/UFRRJ - RJ
111	FASE - RJ
112	Câmara Temática de Agricultura Orgânica / Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região - SP
113	OXFAM
114	ASMUBIP
115	COMPRUP
116	CEPEC
117	MOC - BA
118	CEOP
119	IRPRA
120	ASCOOB
121	Diaconia - PE
122	CERAC - PI
123	CETRA
124	ABRABIO
125	AP1MC
126	ESPAF - CE
127	FETRAF - RN
128	CNMR / ASA - PE
129	Fundação Araripe - PE
130	MPA - SE
131	CDJBC / ASA - PDHC
132	PATAC - PE
133	INEMA

SUMARIO

Apresentação _____	8
I – Objetivo geral _____	9
II - Diretrizes _____	9
III – Diretrizes, objetivos específicos e ações/instrumentos – formulação final _____	10
3.1 - DIRETRIZ I: Assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como a soberania e a segurança alimentar e nutricional, considerando a sustentabilidade e a diversidade das culturas alimentares locais / regionais _____	11
3.2 - DIRETRIZ II: Desenvolver e incentivar, preferencialmente, os mercados locais regionais e institucionais, tendo em vista o consumo responsável de produtos de base agroecológica, ampliando _____	9

a geração de renda da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais _____	12
3.3 - DIRETRIZ III: Garantir a autonomia e gestão da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais para manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade _____	14
3.4 - DIRETRIZ IV: Ampliar a construção e socialização participativa do conhecimento com protagonismo dos agricultores familiares, urbanos, periurbanos, povos e comunidades tradicionais _	22
3.5 - DIRETRIZ V: criar instrumentos econômicos e ecológicos que favoreçam a transição agroecológica (rever esta redação) _____	27
3.6 - DIRETRIZ VI: Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, fortalecendo sua autonomia econômica e política _____	28
3.7 - DIRETRIZ VII: Estimular e valorizar práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta _____	29
3.8 - DIRETRIZ VIII: Ampliar e assegurar o acesso à terra, aos territórios e à água, implementando a reforma agrária e garantindo os direitos territoriais, tanto em áreas rurais, como urbanas e periurbanas	30
3.9 - DIRETRIZ IX: Promover o trabalho digno de homens e mulheres na produção agropecuária e extrativista e nas demais atividades relacionadas à produção, processamento e consumo de alimentos e matérias primas, assegurando valorização econômica, segurança no trabalho, saúde e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo _____	25
X – Gestão da política nacional de agroecologia e sistemas orgânicos de produção _____	26
XI – Financiamento da política nacional de agroecologia e sistemas orgânicos de produção _____	27
Estratégias de negociação _____	27
Propostas prioritárias _____	28
Questões sugeridas para a pauta da ANA _____	28

**SEMINÁRIO NACIONAL POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E SISTEMAS
ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO**

Luziânia-GO, 10 a 12 de abril de 2012

Sistematização das Propostas

APRESENTAÇÃO

Tendo aceitado o desafio de contribuir para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção (PNASOP), num processo envolvendo ministérios, órgãos governamentais e outros setores da sociedade civil, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) promoveu entre março e abril de 2012 a realização de cinco seminários regionais, onde foi discutido e formulado um conjunto de diretrizes, objetivos e ações para o novo marco legal.

Essas proposições foram reunidas em um documento síntese e foram objeto de discussão por representantes da ANA vindos de todas as regiões do Brasil¹ em Seminário Nacional, realizado em Luziânia-GO entre 10 e 12 de abril de 2012.

O presente documento apresenta a sistematização das propostas debatidas em grupo e posteriormente apresentadas, discutidas e aprovadas em plenário durante o Seminário, indicando ainda quais as ações que foram consideradas prioritárias no processo de negociação com o governo.

De modo a registrar o processo de formulação das diretrizes, dos objetivos e das ações prioritárias da Política, apresentam-se nos Anexos 1 e 2 deste relatório os quadros completos, onde constam as proposições de cada grupo, bem como as alterações realizadas nos textos e os encaminhamentos aprovados em plenário.

Abaixo, são apresentados apenas os quadros com as formulações finais aprovadas. Note-se que há casos em que o plenário não chegou a uma redação final, tarefa que ficou delegada à Comissão de Elaboração da ANA, responsável pela edição da versão final da proposta, a ser encaminhada ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

Ao final deste documento são apresentadas as estratégias de negociação e uma lista de propostas prioritárias a serem negociadas com o governo, ambas aprovadas em plenário, além de algumas sugestões de temas/ações apontadas como prioritárias para a ANA debater e, conforme o caso, encaminhar.

I – OBJETIVO GERAL

Promover a Agroecologia e a produção orgânica de forma a ampliar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana, povos e comunidades tradicionais potencializando suas capacidades de promover múltiplas funções de interesse público na produção soberana de alimentos, e demais produtos da sociobiodiversidade, em quantidade e qualidade, na conservação do patrimônio cultural e natural, na dinamização de redes locais de economia solidária, na construção de relações sociais justas entre homens e mulheres e entre gerações e no reconhecimento da diversidade étnica, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável, igualitária e democrática.

II - DIRETRIZES

Apresenta-se abaixo a síntese com a formulação final aprovada em plenário para cada diretriz da PNASOP:

Diretriz I - Assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como a soberania e a segurança alimentar e nutricional, considerando a sustentabilidade e a diversidade das culturas alimentares locais / regionais.

Diretriz II - Desenvolver e incentivar, preferencialmente, os mercados locais regionais e institucionais, tendo em vista o consumo responsável de produtos de base agroecológica, ampliando a geração de renda da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais.

Diretriz III - Garantir a autonomia e gestão da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais para manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade.

Diretriz IV - Ampliar a construção e socialização participativa do conhecimento com protagonismo dos agricultores familiares, urbanos, periurbanos, povos e comunidades tradicionais.

Diretriz V - Criar instrumentos econômicos e ecológicos que favoreçam a transição agroecológica - rever redação da diretriz V.

Diretriz VI - Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, fortalecendo sua autonomia econômica e política.

Diretriz VII - Estimular e valorizar práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta.

Diretriz VIII - Ampliar e assegurar o acesso à terra, aos territórios e à água, implementando a reforma agrária e garantindo os direitos territoriais, tanto em áreas rurais, como urbanas e periurbanas.

Diretriz IX - Promover o trabalho digno de homens e mulheres na produção agropecuária e extrativista e nas demais atividades relacionadas à produção, processamento e consumo de alimentos e matérias primas, assegurando valorização econômica, segurança no trabalho, saúde e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo.

III – DIRETRIZES, OBJETIVOS ESPECÍFICOS E AÇÕES/INSTRUMENTOS – FORMULAÇÃO FINAL:

3.1 - DIRETRIZ I:

Assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como a soberania e a segurança alimentar e nutricional, considerando a sustentabilidade e a diversidade das culturas alimentares locais / regionais.

Objetivos específicos	Ações prioritárias / Instrumentos
i. Promover o aumento da produção em base agroecológica e orgânica, e a oferta e o consumo de produtos saudáveis.	1. Revisar os critérios para emissão das DAPs como instrumento de acesso ao crédito, desvinculando-a da unidade familiar, considerando a pluriatividade agrícola e não agrícola nos agroecossistemas e atendendo às necessidades de cada segmento, reconhecendo outros instrumentos já existentes que identifiquem os diferentes segmentos da agricultura familiar camponesa, comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais para acesso a outras políticas

	<p>públicas. Prioridade</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Criar um marco legal de reconhecimento de agricultores e agricultoras urbanos e periurbanos, contemplando criação de um programa nacional de agricultura urbana. Prioridade 3. Fomentar a produção diversificada para auto-consumo. Promover e estimular a produção diversificada e a utilização de insumos produzidos a partir de fontes renováveis e o aproveitamento dos recursos internos fortalecendo os empreendimentos e economias locais/regionais. Prioridade 4. Reconhecer a renda não monetária para acesso às políticas públicas. 5. Incentivar a implementação de bancos comunitários de sementes crioulas (Financiar e assessorar a produção, armazenamento e distribuição de sementes crioulas). Avaliar se isso está contemplado na diretriz 3. 6. Reconhecer e fomentar a ampliação de experiências de práticas agroecológicas. 7. Promover e financiar o uso de tecnologias limpas como energia solar, permacultura entre outras. 8. Aproveitar as estruturas já existentes em órgãos públicos (EMBRAPA e outras instituições) em ações voltadas para o aumento da produção. 9. Reconhecer e fomentar as práticas de cultivo e uso tradicional das plantas medicinais e tradicionais.
<p>ii. Dar maior visibilidade social para a produção orgânica e agroecológica.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 10. Garantir programas que divulguem a agroecologia em horários nobres na mídia nacional e local. 11. Realizar campanha nacional de consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e plantas medicinais. 12. Sensibilizar a opinião pública para os princípios agroecológicos, a importância e qualidade dos alimentos e produtos gerados. 13. Criar instrumentos de informação para os consumidores sobre os insumos químicos utilizados na produção e beneficiamento de alimentos e suas possíveis consequências para a saúde (especificação nos rótulos).

<p>ii. Incentivar ações de educação alimentar no sentido de influenciar a qualidade de vida da população a partir do consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.</p>	<p>14. Incluir ações de educação alimentar e nutricional nos planos político-pedagógicos das escolas.</p> <p>15. Inserir, nos processos de educação alimentar e nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis.</p> <p>16. Estabelecer e fortalecer processos de formação para a qualificação dos profissionais, trabalhadores e trabalhadoras urbanas e rurais para valorizar, preparar e estimular o consumo de produtos regionais e da sociobiodiversidade.</p> <p>17. Realizar campanhas de sensibilização de profissionais e da sociedade para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sóciobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo. Prioridade.</p>
<p>iv. Viabilizar a segurança hídrica às populações rurais camponesas, garantindo o uso da água e fortalecendo as iniciativas da sociedade civil, nas seguintes dimensões: Familiar; Comunitária; Produção de Alimentos; Emergencial (Para anos de estiagens prolongadas).</p>	

3.2 - DIRETRIZ II:

Desenvolver e incentivar, preferencialmente, os mercados locais regionais e institucionais, tendo em vista o consumo responsável de produtos de base agroecológica, ampliando a geração de renda da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais.



Objetivos específicos	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>i. Organizar a produção e sua inserção nos diversos mercados.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Garantir infraestrutura, transporte, unidades de beneficiamento, locais de estocagem e distribuição entre outros equipamentos necessários. 2) Sensibilizar e capacitar gestores públicos e sociedade civil para operacionalizarem as Políticas. 3) Ampliar a compra e a venda dos produtos da agricultura familiar dos estoques da CONAB. 4) Reduzir a burocracia em relação aos prazos de pagamento das CPRs da CONAB. 5) Adequar e ampliar a Política Geral de Preços Mínimos (PGPM) e a Política Geral de Preços Mínimos dos Produtos da Biodiversidade (PGPMBio), o Seguro Agrícola e a compra de alimentos (PAA, PNAE) para estimular o desenvolvimento de mercados (institucionais e gerais) para os produtos orgânicos e agroecológicos, garantindo recursos para fortalecer esses instrumentos, bem como outras políticas para ampliar a aquisição e/ou subvenção de alimentos agroecológicos, orgânicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, com remuneração diferenciada. Prioridade. 6) Promover e apoiar a melhoria de infraestrutura, gestão e mecanismos de estímulo para feiras agroecológicas, feiras da roça e espaços agroecológicos e/ou da agricultura familiar nas feiras locais, valorizando também os produtos tradicionais, promovendo festas e feiras das culturas locais e valorizando outros equipamentos de segurança alimentar. Prioridade. 7) Estimular a organização de redes de agricultores/as e consumidores/as e apoiar a formação de grupos formais e não formais, de cooperação e associação. 8) Fortalecer as experiências autogestionárias, a exemplo dos fundos rotativos, bancos comunitários e redes de comércio justo e economia solidária. 9) Criar estímulos fiscais para atacadistas, varejistas e agroindústrias adquirirem produtos agroecológicos e orgânicos. 10) Incentivar ações de turismo de base comunitária e agroecologia. 11) Garantir a disponibilidade e a estocagem de alimentos em espaços públicos e privados para o consumo humano.

<p>ii. Apoiar as organizações da agricultura familiar camponesa no fortalecimento e na agregação de valor aos produtos de base agroecológica e orgânica, por meio do processamento e beneficiamento.</p>	<p>12) Construção de unidades comunitárias e familiares de beneficiamento, processamento, estocagem e comercialização da produção.</p> <p>13) Promover a capacitação dos grupos produtivos nos processos de produção, beneficiamento, processamento, controle de qualidade, gestão e comercialização.</p> <p>14) Isenção tributária e fiscal da produção agroecológica e orgânica.</p>
<p>iii. Adequar a legislação sanitária às especificidades da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>15) Buscar adequar a legislação de agroindústrias para a realidade da agricultura familiar agroecológica e orgânica, criando um grupo de trabalho interministerial e com a participação da sociedade civil, que revise e adequue à legislação, coerente com a produção artesanal. Estruturar, implementar e efetivar o SUASA ou outro sistema no país, estados e municípios, garantindo um sistema de inspeção e vigilância sanitária adequado a produção artesanal familiar e agroecológica, dialogado com a sociedade civil. Prioridade.</p>
<p>iv. Consolidar e fortalecer os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica.</p>	<p>16) Garantir apoio (transporte, alimentação e hospedagem) para a participação paritária da sociedade civil nos espaços de gestão e controle social das políticas.</p> <p>17) Abrir chamadas públicas e editais que garantam a instalação dos SPGs/OPAC e OCSs.</p> <p>18) Consolidar e fortalecer os mecanismos de controle para a garantia da qualidade da produção orgânica, sobretudo, o fortalecimento dos Sistemas Participativos de Garantia-SPGs e Organizações Sociais de Controle-OSCs.</p> <p>19) Estruturar um sistema de informações sobre os produtores e a produção agroecológica e orgânica.</p>

3.3 - DIRETRIZ III: Garantir a autonomia e gestão da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais para manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade.

Objetivos específicos	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>Conhecimento Tradicional e Recursos Genéticos</p> <p>i. Fortalecer e ampliar o conhecimento e garantir o acesso das comunidades tradicionais e agricultores familiares ao patrimônio genético.</p> <p>ii. Reconhecer e fortalecer os conhecimentos e técnicas dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares com a garantia dos seus direitos de uso da biodiversidade.</p> <p>iii. Assegurar, fortalecer e ampliar o direito ao conhecimento associado e acesso ao patrimônio genético e cultural dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, bem como a repartição de benefícios de forma equitativa, considerando os produtos prospectados.</p>	<p>1) Elaborar um programa para os guardiões e guardiãs de sementes e outros recursos genéticos com ações de mapeamento, sistematização e capacitação.</p> <p>2) Realizar mapeamento dos agricultores/as familiares “melhoristas” garantindo o reconhecimento dessas experiências para a conservação e gestão dos recursos genéticos.</p> <p>3) Estruturar um sistema para produção, armazenamento, certificação, distribuição e comercialização de sementes crioulas e mudas, nas comunidades rurais e conduzidos pelas organizações locais.</p> <p>4) Criar um programa de apoio técnico e financeiro para estruturar a conservação e produção de sementes, mudas, raças de animais e microrganismos, garantindo aos agricultores familiares a disponibilidade destes materiais genéticos identificados. Apoiar a criação e ampliação de bancos e casas de sementes comunitárias e familiares, garantindo a sua autonomia, com ênfase em variedades crioulas e espécies florestais nativas, como estratégia de conservação do patrimônio genético. Ampliar experiências de produção de recursos genéticos animais e vegetais, em parceria com as instituições responsáveis (EMBRAPA, CONAB, MAPA, MMA, Universidades, MDA) e em articulação com a ANA, para elaborar mecanismos e instrumentos em rede. Garantir o acesso dos agricultores familiares, povos tradicionais e indígenas ao banco genético do CENERGEN, das Universidades e Institutos de Pesquisa Federais e Estaduais, garantindo que eles continuem públicos e que sejam realizadas prestação de contas</p>

	<p>sobre eles à sociedade. Salvar os direitos dos agricultores que trabalham com experimentação. Enfrentamento político, regulamentação, prestação de contas pelo governo, revisão do acesso das empresas privadas aos recursos genéticos de instituições públicas. Prioridade.</p> <p>5) Aperfeiçoar e dar continuidade ao Programa Nacional de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade.</p> <p>6) Identificar, mapear, sistematizar, promover e preservar os processos de construção de conhecimentos agroecológicos.</p> <p>7) Consultar regionalmente Povos Indígenas e Comunidades Locais para discutir o Protocolo de Nagoya e promover sua ratificação pelo Congresso Nacional, bem como rever criticamente o Plano Nacional de Implementação das Metas de Aichi para 2020, priorizando a promoção e proteção dos conhecimentos tradicionais, inovações e práticas relevantes para conservação e uso sustentável da biodiversidade.</p>
--	--

<p>Produção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais</p> <p>iv. Fortalecer as iniciativas de conservação, uso da agrobiodiversidade, a valorização do conhecimento, processos, práticas e tecnologias sustentáveis realizadas nos diferentes biomas por povos, comunidades tradicionais e agricultores e agricultoras familiares e suas entidades representativas.</p> <p>v. Promover a etnoconservação das riquezas naturais.</p> <p>vi. Garantir o livre acesso das populações tradicionais às APPs para as atividades agroextrativistas.</p> <p>vii. Incentivar agricultores/as no uso sustentável das riquezas naturais e da biodiversidade.</p>	<p>8) Identificar, mapear participativamente, reconhecer, divulgar e apoiar Territórios Tradicionais de conservação e uso da agrobiodiversidade.</p> <p>9) Adequar a legislação brasileira no que diz respeito aos povos tradicionais e às unidades de conservação (manejo, SAFs etc.). Ratificar as considerações do SNUC em relação às comunidades tradicionais e as unidades de conservação. Implementar programa de transição agroecológica em Unidades de Conservação de uso sustentável, territórios indígenas e comunidades tradicionais e seu entorno em benefício das populações locais. Elaborar os termos de referência para constituição de planos de manejo das Unidades de Conservação, garantindo que estas tenham planos de manejo participativos e com perspectiva agroecológica. Esta proposta deverá ser levada para o ICMBio - para que ele crie um programa de agroecologia nas unidades de conservação. Prioridade.</p> <p>10) Rever editais das FLONAS para possibilitar que as comunidades tradicionais sejam as beneficiárias diretas do uso dos recursos naturais.</p> <p>11) Promover ações de sensibilização dos agentes de</p>
--	---

<p>viii. Ampliar a base genética dos cultivos aumentando a gama de diversidade disponível, apoiando a utilização mais ampla das variedades, espécies de cultivos e tipos raciais de animais manejados e utilizados sustentavelmente nos territórios camponeses.</p> <p>ix. Conciliar a produção agrícola / agropecuária e extrativista com o resgate, conservação e melhoramento dos recursos naturais e genéticos.</p> <p>x. Promover a produção agrícola, aquícola, e extrativista vegetal e animal com a conservação e manejo dos recursos naturais e genéticos.</p>	<p>órgãos de fomento e fiscalização para os benefícios ecossistêmicos das experiências agroecológicas.</p> <p>12) Revisar o zoneamento agroecológico econômico</p> <p>13) Fomento e incentivo às boas práticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.</p> <p>14) Promover a implantação e uso de SAF's e regulamentar as práticas agroflorestais e de pousio nas unidades produtivas agroecológicas</p> <p>15) Estimular o uso múltiplo dos recursos naturais garantindo a soberania e segurança alimentar e nutricional na perspectiva de melhoria de vida e renda das comunidades.</p> <p>16) Desenvolver tecnologias apropriadas à quebra e processamento do coco babaçu/Barú, assim como ao manejo e beneficiamento de todos os produtos da sociobiodiversidade.</p>
<p>Precaução</p> <p>xi. Garantir o exercício do direito à não contaminação das sementes nativas e crioulas e evitar a perda de raças de animais, incentivando o acesso, conservação e multiplicação pela agricultura familiar através de práticas agroecológicas.</p> <p>xii. Eliminar o uso de agrotóxicos, fertilizantes, sintéticos, hormônios, antibióticos e outros produtos sintéticos, estabelecendo um programa de metas de transição.</p>	<p>17) Estabelecer zonas de amortecimento para os produtos transgênicos.</p> <p>18) Estabelecer territórios de construção da agrobiodiversidade, livres de agrotóxicos e transgênicos.</p> <p>19) Estabelecer territórios de proteção da agrobiodiversidade, livres de agrotóxicos e transgênicos: assentamentos da RA, indígenas, quilombolas, APAs - ponto de partida para o banimento de transgênicos, e estabelecimento de metas para a transição agroecológica. Prioridade.</p> <p>20) Fortalecer e ampliar as ações do Estado de fiscalização e controle da produção, comercialização e uso dos agrotóxicos.</p> <p>21) Criar um Programa Nacional de redução do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira e banir o uso de transgênicos nas unidades de conservação (RESEX, RDS, ADS), assentamentos de reforma agrária, terras indígenas, terras de povos e comunidades tradicionais e zonas urbanas e periurbanas.</p>
<p>Desertificação e Mudanças Climáticas</p>	<p>22) Institucionalizar as políticas nacional e estaduais de prevenção e combate à desertificação garantido a</p>

<p>xiii. Assegurar a agroecologia como enfoque para o desenvolvimento de sistemas produtivos que previnam e combatam a desertificação, mitigando os efeitos das mudanças climáticas.</p>	<p>execução dos Planos Estaduais de Ações (PAEs).</p>
--	---

3.4 - DIRETRIZ IV:

Ampliar a construção e socialização participativa do conhecimento com protagonismo dos agricultores familiares, urbanos, periurbanos, povos e comunidades tradicionais.

Objetivos específicos para o Setor da Educação	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>4.1.1- Vincular a ações de ensino, pesquisa, extensão agroecológica às dinâmicas sociais de inovação já estabelecidas nas comunidades / territórios da agricultura familiar camponesa, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.</p> <p>4.1.2- Ampliar a abrangência da educação do campo e para o campo, assegurando a autonomia das organizações sociais, incorporando a perspectiva agroecológica.</p> <p>4.1.3- Ampliar a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, incluindo a formação de profissionais da educação.</p>	<p>4.1.1.1- Lançamento sistemático pelo CNPq de editais para a pesquisa, educação e extensão com enfoque agroecológico. (Fonte orçamentária do MDA, MDS, MEC, MCT / FINEP / Fundo Setorial do Agronegócio), assegurando a participação das organizações da sociedade civil como proponentes ou parceiros nos editais de ensino, pesquisa e extensão. Prioridade</p> <p>4.1.1.3- Dar continuidade e apoio sistemáticos aos Núcleos de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. (Fonte orçamentária do MDA, MDS, MEC, MCT / FINEP / Fundo Setorial do Agronegócio).</p> <p>4.1.1.4 - Fomentar processos de sistematização de experiências de construção do conhecimento agroecológico para subsidiar o aprimoramento de políticas públicas, programas e projetos nas áreas de ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural.</p> <p>4.1.1.5- Realizar concurso público para a contratação de profissionais com experiência em agroecologia para atuar em instituições de ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>4.1.2.1- Apoiar a consolidação e efetivação de um marco legal que garanta às EFAs e CFRs, bem como a expansão das mesmas: infraestrutura, salário de pessoal, estradas, meios de comunicação, cultura, transporte, esporte e saúde. Prioridade</p> <p>4.1.2.2- Fortalecer e ampliar o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).</p> <p>4.1.2.3- Incluir o enfoque agroecológico e a metodologia da educação no campo no Pronacampo (Programa Nacional de Educação no Campo).</p>

	<p>4.1.3.1- Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de material didático para o ensino da agroecologia em todos os níveis educativos</p> <p>4.1.3.2- Incluir nas grades curriculares a abordagem da agroecologia nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e, estimular processos educacionais contextualizados ao seu meio, assim como atividades de extensão extracurriculares.</p> <p>4.1.3.2.1- Interromper e reverter o processo de transferência das escolas regulares do campo para as cidades.</p> <p>4.1.3.3- Promover a formação continuada, duradoura e gratuita de agentes de ATER e Pesquisadores em agroecologia.</p> <p>4.1.3.5- Fomentar a produção de materiais impressos e audiovisuais para divulgação de resultados de pesquisas e experiências em agroecologia.</p>
--	--

Objetivos específicos para o Setor da Pesquisa	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>4.2.1- <i>Fomentar programas interdisciplinares de pesquisa, com base no referencial científico da agroecologia a partir de abordagens metodológicas que fortaleçam as dinâmicas sociais de inovação, considerando o protagonismo das agricultoras e agricultores como sujeitos no processo de produção e disseminação horizontal de conhecimento, com base no diálogo de saberes acadêmicos e populares no manejo sustentado de recursos naturais.</i></p> <p>4.2.2- <i>Garantir e ampliar o</i></p>	<p>4.2.1.1- <i>Alocar do orçamento das instituições oficiais de pesquisa, crescentes percentuais do orçamento voltados à pesquisa com enfoque agroecológico, no extrativismo e na produção orgânica.</i></p> <p>4.2.1.2- <i>Constituir programas de fomento à inovação agroecológica para redes locais e/ou temáticas multissetoriais financiadas por um fundo específico criado para este fim, ou com fundos já existentes. (Ex. Programa PDA, Fundo Clima, Fundo Amazônico, etc.), que atenda as demandas das organizações da agricultura familiar. Prioridade Remeter a origem dos recursos para financiamento da política.</i></p> <p>4.2.1.3- <i>Institucionalizar o Fórum de Agroecologia da EMBRAPA, como um espaço de interlocução entre a empresa e as organizações e movimentos sociais do campo da Articulação Nacional de Agroecologia. Prioridade</i></p> <p>4.2.1.4- <i>Fomentar e financiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias sociais, a partir dos conhecimentos da agricultura camponesa, dos povos e comunidades tradicionais.</i></p>

<p><i>papel das organizações da sociedade civil na co-gestão de processos de pesquisa em agroecologia</i></p>	
---	--

Objetivos específicos para o Setor da ATER	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>4.3.1- Ampliar e fortalecer o papel protagonista das agricultoras e agricultores em processos coletivos de construção, produção e socialização de conhecimento agroecológicos.</p> <p>4.3.2- Reorientar os serviços de ATER / ATERES, em consonância com a PNATER, a partir dos referenciais da agroecologia para análise e desenvolvimento de agroecossistemas, garantindo as especificidades de acordo com as características socioambientais e culturais de cada Bioma.</p> <p>4.3.3- Garantir assistência técnica e extensão rural, para o desenvolvimento da produção, do beneficiamento e da comercialização agroecológica e orgânica, garantindo que o seu controle social, seja feito pelas organizações e movimentos sociais, em consonância com os preceitos da PNATER.</p> <p>4.3.4- Fortalecer e consolidar os serviços de ATER pública gratuita, não estatal, executados pelas organizações da sociedade civil.</p>	<p>4.3.1.1- Constituir instrumentos de fomento e formação de redes de agricultoras e agricultores experimentadores, que promovam estratégias de identificação, mapeamento e sistematização de experiências e intercâmbios, como ambientes de inovação e socialização do conhecimento agroecológico. (Ex.: P1+2). Prioridade</p> <p>4.3.1.2- Garantir acesso aos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares agroecológicos, através de pontos de inclusão digital, bibliotecas nas comunidades, cartilhas e outros.</p> <p>4.3.2.1- Garantir os meios para sistematizar de forma participativa, as experiências produzidas pela sociedade civil organizada e que estas sirvam para subsidiar a construção de políticas públicas.</p> <p>4.3.3.1- Identificar, mapear, sistematizar as diferentes trajetórias de cooperação, historicamente constituídas nas comunidades (documentos, folders, vídeos etc.).</p> <p>4.3.4.1- Identificar, em parceria com organizações da sociedade civil, ações e experiências em agroecologia e com base nelas formular um Programa de Agroecologia. Lançar chamadas de ATER com foco na consolidação de experiências territoriais de promoção da agroecologia, seja dentro ou fora dos "Territórios da Cidadania" criados pelo MDA, revendo a metodologia das mesmas com vistas a adequá-las as à realidade das organizações da sociedade civil e à dinâmica do público da agricultura familiar e camponesa. Criar "setores" de agroecologia dentro dos órgãos oficiais de ATER. Prioridade</p> <p>4.3.5.1- Lançar de editais para as ações da Rede de ATER, assegurando recursos para viabilizar a secretaria operativa da rede e incentivando a participação de profissionais egressos do PRONERA. Prioridade</p> <p>4.3.6.1- Criar mecanismos que estimulem a atuação de alunos formados em cursos técnicos de agroecologia e escolas de agronomia em projetos desenvolvidos em suas próprias comunidades.</p>

4.3.5- Viabilizar a construção e o desenvolvimento de redes de ATER agroecológicas.	
---	--

3.5 - DIRETRIZ V:

Criar instrumentos econômicos e ecológicos que favoreçam a transição agroecológica

Objetivos específicos	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>Ampliar a oferta de recursos e ajustar as linhas de financiamento existentes para a transição agroecológica, visando a diversificação produtiva, a construção da autonomia tecnológica e a estruturação das unidades familiares e espaços comunitários.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Criar um fundo nacional de iniciativas para estimular a transição agroecológica (organizações, entidades de apoio, unidades produtivas). Fontes: taxação de agrotóxicos, pré-sal, multas ambientais, fundo setorial do agronegócio, etc.- Adequar as planilhas de elaboração de projeto financiamento do PRONAF para a transição agroecológica.- Capacitar os agentes dos bancos, com ênfase na operacionalização do PRONAF – A.
<p>Fomentar mecanismos de financiamento, não “bancarizados”, geridos por organizações locais.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Facilitar a regularização ambiental, a fim de facilitar o acesso da agricultura familiar, aos créditos e políticas públicas.- Fortalecer e ampliar o P1MC e P1+2, assim como outras iniciativas gestadas pela sociedade civil.- Financiamento de projetos de implantação de casas comunitárias de sementes crioulas, viveiros de mudas e unidades de melhoramento animal nas comunidades, sob a gestão das organizações locais.
<p>Instituir incentivos fiscais para estimular a transição agroecológica e os sistemas de produção orgânica.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Eliminar a isenção fiscal para a produção e comercialização dos agrotóxicos e converter os recursos para estimular a transição agroecológica. Prioridade- Criar isenção da outorga da água em sistemas de produção agroecológicos.- Facilitar o licenciamento do uso da água para iniciativas de práticas agroecológicas.

<p>Valorizar as funções ambientais desempenhadas pela agricultura familiar camponesa, povos e comunidades tradicionais como estratégias de promoção e consolidação de sistemas agroecológicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e retribuir os serviços ambientais prestados pelos agricultores agroecológicos e orgânicos através de políticas públicas (crédito subsidiado e adequado para agroecologia e adicionais de sobrepreço nos produtos agroecológicos) e fundos públicos (Pagamento Serviços Ambientais-PSA), não remunerados por mercados de carbono e fundos de compensação (os recursos podem ser provenientes do Tesouro Nacional ou d TACs referentes a infrações e crimes ambientais). - Criar um novo Seguro Agrícola adequado à realidade, as formas de manejo e às dinâmicas da agricultura familiar agroecológica.
--	---

3.6 - DIRETRIZ VI:

Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, fortalecendo sua autonomia econômica e política.

Objetivos específicos	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>Garantir a autonomia econômica e política das mulheres por meio da organização produtiva e auto-organização</p>	<p>- Criar um Programa Nacional "Mulheres e Agroecologia" com estratégias de formação, articuladas à inserção e consolidação produtiva e econômica das mulheres, com acompanhamento técnico, apoio à criação e fortalecimento de grupos e redes, sistematização e intercâmbio de experiências e estratégias para ampliar o acesso às políticas públicas específicas. Prioridade</p>
<p>Reconhecer e valorizar o trabalho produtivo das mulheres na agroecologia, na conservação e defesa do patrimônio genético, da agrobiodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e dos bens comuns.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar os recursos existentes para ATER para Mulheres com foco na agroecologia e organização produtiva. Prioridade - Criar linhas de apoio às iniciativas produtivas das mulheres, individuais e coletivas, formais e informais, em diferentes modalidades (fundo não reembolsável, microcrédito, fundo rotativo e outras fontes). Prioridade

	<ul style="list-style-type: none"> - Propor a readequação do crédito rural, tributação diferenciada, comercialização, geração de conhecimentos e tecnologias que permitam ampliar as iniciativas agroecológicas da agricultura familiar, especialmente aquelas promovidas pelas mulheres. - Garantir a participação ativa das mulheres no sistema de produção. - Promover ações de capacitação para servidores e servidoras públicos relacionadas às questões de gênero e às políticas de organização produtiva para as mulheres. - Criar uma programação permanente que dialogue as temáticas gênero, geração e etnia. - Políticas públicas para redução das desigualdades. - Difundir a Agroecologia como um espaço de diversidade etnocultural e de gênero. - Criar um Programa de Formação em Agroecologia para a juventude e mulheres e idoso, nos áreas rurais, urbanas e periurbanas.
--	---

3.7 - DIRETRIZ VII:

Estimular e valorizar práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta.

Objetivos específicos	Ações prioritárias / Instrumentos
<p>Promover ações que estimulem e assegurem o protagonismo dos jovens nos espaços de gestão, organização social e atividades produtivas de base ecológica, com estratégias para a sua inserção no campo. - transferir isso para a diretriz - discutir com o grupo se é isso mesmo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar espaços de planejamento e gestão a partir das demandas específicas da juventude no campo agroecológico. Prioridade - Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de projetos de jovens para a organização e inserção produtiva de base ecológica e para o fortalecimento das suas organizações. Prioridade - Criar um Programa Nacional "Juventude e Agroecologia" com estratégias de formação, articuladas à inserção e consolidação produtiva e econômica dos/as jovens nas comunidades, com acompanhamento técnico, apoio à

	<p>criação e fortalecimento de redes, sistematização e intercâmbio de experiências e estratégias de comunicação sobre as políticas públicas específicas. Prioridade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar mecanismos de acesso a terra, específicos para a juventude do campo e da floresta. Prioridade - Criar espaços de planejamento e gestão a partir das demandas específicas da juventude do campo agroecológico. - Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de projetos de jovens para a organização e inserção produtiva de base ecológica e para o fortalecimento das suas organizações - Criar um Programa Nacional "Juventude e Agroecologia" com estratégias de formação, articuladas à inserção e consolidação produtiva e econômica dos/as jovens nas comunidades, com acompanhamento técnico, apoio à criação e fortalecimento de redes, sistematização e intercâmbio de experiências e estratégias de comunicação sobre as políticas públicas específicas. - Criar um programa de agroecologia na Política Nacional da Juventude como incentivo ao trabalho da juventude para processos de transição agroecológica. - Articular e/ou fortalecer redes específicas de juventudes do campo e da floresta. - Desenvolver estratégias de fortalecimento da organização produtiva de base agroecológica implementadas pelos jovens (produção, comercialização, gestão). Garantir a participação ativa dos jovens no sistema de produção.
--	---

3.8 - DIRETRIZ VIII:

Ampliar e assegurar o acesso à terra, aos territórios e à água, implementando a reforma agrária e garantindo os direitos territoriais, tanto em áreas rurais, como urbanas e periurbanas.

Objetivos específicos	Ações prioritárias

<p>Reforma agrária, regularização e demarcação de territórios de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.</p> <p>Apoiar processos de acesso a terra e às riquezas naturais pelos agricultores familiares.</p> <p>Ampliar a reforma agrária e a regularização fundiária.</p> <p>Promover, ampliar e consolidar a Reforma Agrária, Regularização Fundiária e o Reconhecimento dos territórios de comunidades, povos tradicionais e da agricultura familiar.</p> <p>Avançar nos processos de regularização fundiária dos imóveis rurais dos agricultores familiares e da reforma agrária, de modo a garantir o desenvolvimento dos sistemas agroecológicos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criar novas formas de assentamentos rurais, como, por exemplo, PDAs com enfoque agroecológico, viabilizar a alteração de modalidades dos Projetos de Assentamentos existentes para modalidades de assentamentos ambientalmente diferenciados (PDS, PAF, PAE etc.) e garantir que os PDAs sejam elaborados na perspectiva agroecológica. Prioridade 2) Priorizar, mediante a participação do grupo requerente, a criação de assentamentos ambientalmente diferenciados (PDS, PAF, PAE), terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação de usos sustentável. Prioridade 3) Definir todos os assentamentos da reforma agrária como Áreas Prioritárias de implantação de técnicas agroecológicas e ações sociais, tornando essas áreas reformadas referências políticas e técnicas em agroecologia, utilizando os atuais instrumentos de organização como os PDAs. Prioridade 4) Criar, ampliar e consolidar as terras indígenas, territórios quilombolas e reservas extrativistas ameaçadas pelo avanço do agronegócio ou outros empreendimentos. Assegurar a manutenção da legislação que garante a regularização dos territórios (PEC 215 e decreto 4887) - direitos constitucionalmente assegurados. 5) Revisar o sistema de avaliação de "terras improdutivas", incluindo critérios socioambientais mais rigorosos para agilização e ampliação dos processos de desapropriação, aplicando para tanto o conceito integral de "função social da terra" (ao invés do termo "terras improdutivas"). Revisar também os índices de produtividade para fins de reforma agrária e estabelecer o limite ao tamanho da propriedade.
<p>Fortalecimento e autonomia das organizações de agricultores para gestão de seus territórios.</p>	<p>Ameaça: mineração, que coloca em risco os direitos territoriais - incidindo sobre comunidades rurais e inclusive experiências agroecológicas. Cartografia social (reconhecimento dos conflitos).</p> <p>Ameaça: PSA para compensação ambiental.</p> <p>Ameaça: uso da água - barragens e privatização da água.</p>
<p>Assegurar aos agricultores urbanos e periurbanos a permanência na terra e o acesso aos meios de</p>	<ol style="list-style-type: none"> 6) Inclusão da categoria Agricultura Urbana e Periurbana nas ações previstas nesta política. – "Considerandos" não consideram agricultura urbana. Prioridade 7) Reconhecer, regulamentar e promover as atividades

<p>produção.</p>	<p>agropecuárias nos espaços urbanos e periurbanos, promovendo o acesso às políticas públicas de crédito, aquisição de alimentos e fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Criar um novo instrumento para a agricultura urbana e periurbana ter acesso aos programas públicos (a DAP não se aplica a esse público). Prioridade</p> <p>8) Promover a regularização fundiária nos imóveis rurais com atividades agrícolas nas áreas urbanas e periurbanas.</p> <p>9) Criar fontes de financiamento para agricultura urbana e periurbana.</p>
<p>Garantir a universalização de acesso à água de beber e produzir com mobilização, formação e controle social.</p>	<p>1) Estimular e fortalecer a participação dos agricultores familiares camponeses, povos e comunidades tradicionais nos Comitês de Bacias Hidrográficas.</p> <p>2) Ampliar os programas de acesso descentralizados utilizando tecnologias sociais de captação e manejo da água, consolidar os programas de P1MC e P1+2 em todos os biomas. Prioridade</p> <p>3) Revisar a legislação de outorga e direito de acesso a água.</p> <p>4) Ação sobre água para consumo, processamento e beneficiamento. Prioridade</p>

3.9 - DIRETRIZ IX:

Promover o trabalho digno de homens e mulheres na produção agropecuária e extrativista e nas demais atividades relacionadas à produção, processamento e consumo de alimentos e matérias primas, assegurando valorização econômica, segurança no trabalho, saúde e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo.

Objetivos específicos	Ações prioritárias
Criar ações afirmativas voltadas ao reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo	Implementar ações afirmativas para o reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres (quintais, autoconsumo, plantas medicinais, produtos transformados etc.), por meio de apoio ou fomento específico para estas atividades
	Valorizar o trabalho produtivo, através do reconhecimento das organizações de controle social para garantia do produto agroecológico, bem como, a desburocratização da legislação sanitária, coerentes com a realidade da produção artesanal.
Garantir condições de trabalho e acesso que possibilite a participação de todo o grupo nas decisões e tarefas da unidade de produção	Criar estratégia de comunicação para valorização do trabalho agroecológico, que contemple a divisão do trabalho doméstico produtivo e reprodutivo.
Desenvolver tecnologias apropriadas à agroecologia visando a garantia a segurança do trabalho.	Desenvolver tecnologias apropriadas para agroecologia visando a redução da penosidade, garantindo mais saúde e segurança no trabalho. Prioridade Criar estruturas e equipamento públicos (creche, cozinha comunitária, lavanderia comunitária, etc.), para garantir condições de trabalho digno para as mulheres.
Criar fundo específico para garantir a saúde de trabalhadores e trabalhadoras.	Criar fundo específico com recursos provenientes da taxaço da cadeia produtiva do agronegócio, do FAT, do tesouro nacional e outras fontes, que assegurem o apoio aos trabalhadores e trabalhadoras rurais vitimadas pelo uso de agrotóxicos, esforços excessivos e outros. Prioridade Ações de prevenção e monitoramento da contaminação de assalariados vitimados pelo uso de agrotóxicos e sansão às atividades que promovem o uso de agrotóxicos, na esfera do Ministério do Trabalho. Prioridade

X – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO

1. Qual o papel da sociedade civil na formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção?

As organizações da sociedade civil têm um papel de formulação, acompanhamento, avaliação e execução de ações específicas. É importante que a sociedade civil tenha autonomia para fazer uma análise crítica da política e seu processo de implementação. O Estado tem um papel de gestão da política. É preciso que o Estado crie meios para que a sociedade civil possa fazer um acompanhamento efetivo da política.

2. É preciso levar em consideração que:

- a) as ações que integram a política estão dispersas em vários Ministérios. A política deveria ter a capacidade de articular essas ações.
- b) É preciso adequar a política e suas ações às especificidades regionais/estaduais.
- c) Nossas principais dificuldades estão na operacionalização das políticas. É principalmente nessa fase, de implementação, que as políticas se tornam mais excludentes ou perdem o foco.

3. **Instâncias de gestão da política:** uma câmara ou grupo interministerial governamental, que faça a articulação entre diferentes Ministérios (Secretaria Geral da Presidência da República, MMA, MDA, MDS, MAPA, MEdu, MCT, Casa Civil, MTE, MPOG, MF, SPM, MS, Ministério das Cidades, Ministério da Pesca). Outros órgãos públicos serão sugeridos: Diretoria de Políticas para as Mulheres do MDA, Conab, Embrapa, Inbra, ICMBio, Funai, Anvisa.

4. **Instância de controle social:** um conselho nacional de caráter consultivo com 2/3 de participação da sociedade civil e presidência da sociedade civil; instâncias consultivas estaduais. 11 Ministérios (já citados) + 22 representantes da sociedade civil (assegurar representações de vários estados considerando a inserção nas dinâmicas da ANA, ou representação por redes regionais, movimentos e segmentos sociais). Criar espaços análogos no âmbito dos estados.

5. A PNASOP deve ter a sua própria **estrutura de acompanhamento**. Entende-se que a estrutura que foi construída para os sistemas orgânicos de produção atende a outros atores e outras finalidades.

6. **O Conselho Nacional de Agroecologia e SOP** deverá estar localizado na Secretaria Geral da Presidência da República em função de seu caráter articulador, ou, como uma segunda opção, no MMA. (economia interna)

7. **Promover a integração do Conselho Nacional de Agroecologia e SOP com outros Conselhos** afins (CONSEA; CONDRAF – em especial ao seu Comitê de Agroecologia, que precisa ser institucionalizado; CNEdu; CONAMA, entre outros), bem como com as estruturas que gerem as políticas estaduais de agroecologia.

8. Calendário de implantação do Conselho e do Plano:

- a) Estruturação do Conselho em 2 meses;

- b) Agenda ou plano de transição com ações prioritárias – elaboração já, prevendo também alguma ação dirigida ao Plano Safra;
 - c) Seria muito bom se a Política e as ações prioritárias pudessem ser trabalhadas pelos movimentos nas mobilizações em abril;
 - d) Construção de um plano nacional em 8 meses. O plano deverá ser resultado de um diálogo entre o Conselho Nacional e a Câmara ou Grupo de Trabalho Interministerial.
9. Garantir o **levantamento de informações nos censos do IBGE** sobre os agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais, bem como sobre produção agroecológica e orgânica, nos níveis municipal e estadual.

XI – FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO

- Existem duas linhas de intervenção em termos de financiamento: acesso e ampliação de fontes já disponíveis (principalmente via Orçamento Geral da União) e a criação de um mecanismo que permita integrar diferentes fontes de financiamento, sendo a principal opção a criação de um Fundo Nacional de Fomento (por exemplo o mecanismo empregado pelo PDA e não aos moldes do FNMA - considerar investimento e custeio).
- Cabe considerar, também, a necessidade de reorientar a destinação e forma operação dos recursos alocados em fundos que já existem (Fundo Clima, FNMA, Fundo Amazônia, Fundos Constitucionais, estatais, multas ambientais, taxações, royalties, BNDES, entre outros), financiando inclusive fundos solidários rotativos, bem como de revitalizar instrumentos como o PDA.
- A ANA não deve aceitar recursos oriundos de mecanismos financeiros da chamada “economia verde” (REDD, PSA, mercado de carbono, MDL, TEEB - economia dos ecossistemas e da biodiversidade, etc.) (é preciso aprofundar esse debate).

XII. Propostas Complementares para um plano nacional:

- Políticas/programas chave que estão em risco de desconstrução (PAA, P1MC, P1+2).
- Programa Nacional de Sementes
- Territórios livres de transgênicos e agrotóxicos (não dissociar as áreas de assentamento UC, territórios quilombolas e indígenas)
- Crédito (Pronaf)
- Seguro
- ATER (com atenção específica com relação a ATER para mulheres)
- Reforço aos mecanismos de acesso aos mercados institucionais
- Pesquisa
- Inserção da perspectiva agroecológica na gestão de Unidades de Conservação
- Criação de Fundo de Promoção da Agroecologia
- Reformulação do acesso à DAP
- Adequação da inspeção sanitária à realidade da agricultura familiar
- Reforçar a proposta de incorporar o enfoque agroecológico no desenvolvimento e criação dos assentamentos (INCRA)
- PEC 215 - quilombolas - garantia dos territórios para fazer agroecologia

Outras Questões sugeridas para a pauta da ANA a apresentar ao Governo:

Durante o debate em plenário sobre as diretrizes, objetivos e ações da Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, algumas questões foram apontadas como prioritárias para a ANA debater e, conforme o caso, encaminhar. São elas:

- Acompanhar e se apropriar da discussão e estabelecer diálogo com o governo em torno do Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura da FAO (TIRFAA).
- A FAO atualmente discute um novo tratado, sobre recursos genéticos animais, e no Brasil só a Embrapa está acompanhando. É importante começar a acompanhar isso também.
- Questionar o processo de privatização da Embrapa.
- Buscar o reconhecimento dos profissionais que atuam com a Agroecologia de diversas áreas e formados em diferentes níveis e modalidades de educação e ensino.
- Cobrar o efetivo funcionamento do Comitê de Agroecologia do CONDRAF.
- Cobrar do governo a revisão das normativas de coexistência entre transgênicos e não transgênicos.